

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte o GLOBO

Class.: PINR 2001

Data 11/10/67

Pg.: 03

### Proteção Aos Índios (IV)

00095

Alberto Pizarro Jacobina

*06/1967/10/11/03*

Já que "esta é a fase econômica do SPI", segundo o bom chefe Rondon, falemos ainda sobre alguns detalhes que se entrosam no desenvolvimento do Patrimônio Indígena. Muitos supunham e ainda há quem suponha ser o SPI verdadeira sinecura. Ao contrário, poderemos compará-lo à Prefeitura de uma Cidade grande ou ao Governo de um Território Federal. Possui todo o complexo de numerosos problemas que afligem os governos municipais, agravados por sua disseminação pelo Brasil em fora. Vasta rede escolar, serviço de assistência médica, assistência jurídica, obras de engenharia, e medições de terras, serviços de transporte terrestre e na navegação fluvial, estações de radiofonia e telegrafia, serviço de administração geral e orientação, serviço financeiro e patrimonial, seção de estudos, museus, bibliotecas, cinema educativo, publicação de boletins e o peso improdutivo do Patrimônio Indígena, a dar uma ilusória impressão de fartura, assoberbam a cabeça de um só homem e, a rigor, o único responsável, o diretor.

Quanto aos funcionários, em número deficientíssimo, malissimamente remunerados, com uma responsabilidade tremenda, gerindo empreendimentos agropecuários e indústrias de transformação. Conheci famílias de funcionários do SPI passando fome, com o chefe da casa no interior, em funções arriscadas, com perigo de vida, transpondo cachoeiras, mantendo contatos com índios arredios, tendo seguido viagem antes que as verbas de pessoal chegassem para o pagamento dos meses já em atraso. Suprimir essas famílias, mediante "vales", importa em crime funcional. Sujeito a processo. Surge, então, o impasse entre o sentimento de humanidade e o espírito da lei. Caso se atenda ao primeiro, todos se arriscam a responder eventualmente, a processos. Obedecendo-se ao segundo, o Serviço para, e ninguém segue viagem, e tudo se trava. E o bom administrador, então, não hesita, arrisca o seu bom nome, empoçado pela obra que está realizando.

Certamente, não podemos ignorar os abusos, não podemos ignorar que há deslizes, como em muitas outras repartições. Mas, há que se levar em conta as circunstâncias. Misericordiosamente pagos, observam-se, entretanto, na maioria de seus funcionários, responsabilidade e honradez exemplares. Apurem-se as responsabilidades de um passado ainda recente, cujas dificuldades pouco se conhecem, mas que surgiram aos olhos de apuradores, deixando-os em situação, talvez, bastante embaraçosa para julgar. Nesta hora de preocupações, o que se vai corrigir, o porvir. Castiga-se, mas nem sempre se corrige. E a correção, para o futuro, dos desmandos que tenha, porventura, havido no SPI, só se fará mediante uma radical modificação da uma infra-estrutura que já não resiste ao mais leve exame. Quantos funcionários existem, clamando até hoje por justiça? E quantos já morreram, sem tê-la recebido?

Existirá algum diretor do SPI que tenha

ocupado a málevolas censuras? Penso que não. E todos sabemos que eram honrados. Nenhum deles se livrou de calúnias. Nem o próprio Rondon ficou incólume às aleivosias dos desafetos, ele, que nunca fora, aliás, diretor efetivo do SPI. "Pôsto me houvesse o Governo confiado então a sua direção, (eis o que se lê em seu apêlo de 31 de julho de 1915 aos membros do Congresso Nacional) os trabalhos da Linha Telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas obrigaram-me a transferir a outro o honroso cargo. Eu podia, pois, sem nenhuma incompatibilidade ou suspeição, fazer aqui o público elogio desse punhado de patriotas". E Rondon acrescenta: "Mas o Serviço de Proteção aos Índios, quaisquer que fossem as precauções que tomasse, não podia deixar de levantar contra si a imensa caterva de indivíduos que vivem de explorar o trabalho indígena, pois um dos seus primeiros deveres era justamente defender os silvícolas dessa exploração". Mas, nunca se limitaram à exploração do braço indígena. Com o passar do tempo, visavam, precipuamente, à posse das terras. E daí os massacres, que ficaram sempre impunes, ao passo que os funcionários foram sistematicamente perseguidos. Exemplos inúmeros!

O SPI "não fez pouco", esclareceu ainda Rondon aos membros do Congresso Nacional, "mas teria feito incomparavelmente mais se os meios de que dispôs estivessem à altura do problema que lhe confiaram e se tão embaraçado não fosse pelo nosso mecanismo burocrático e pela perfídia dos seus inimigos, isto é, dos interessados na escravização do infeliz aborigine brasileiro. Não consentais que uma tal instituição pereça, nem que caia, à mingua de recursos, no rol das empresas de fornecer empregos! Este o velho apêlo de Rondon, mas sempre oportuno.

Interessante que, para uma guerra, não há orçamento intransponível. O General que a comanda só vai saber quanto custou, após o desenrolar das operações. Quanta vez, Francisco Meireles foi atenuado por processos levianos, em virtude de haver ultrapassado o limite estipulado pela Contabilidade Pública para a sua pacífica e estúpida missão? E esse arauto da paz vem realizando preciosas pacificações de tribos indígenas, inclusive a dos Xavantes, com parcíssimos recursos, e sérios e fráves burocráticos. Mas, Francisco Meireles, pobre até hoje, não tem sequer uma casa para morar!

Tudo isso vem dificultando o desenvolvimento da pátria e arrojada missão do SPI, impossibilitando-o da exploração econômica do Patrimônio Indígena. O Cel. Heleno Nunes, com o prestígio que há de ter junto ao dinâmico e bom intencionado Ministro Albuquerque Lima, promoverá, sem dúvida, essa reforma indispensável — base para uma real mudança de mentalidade.